

Governo diz na OMC que EUA desrespeitam regras

Para o Planalto, novo tarifaço de Trump contra o Brasil ignora princípios da entidade que devem ser aplicados a todos os países

/ CONJUNTURA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na Organização Mundial do Comércio (OMC) que o novo tarifaço imposto por Donald Trump contra o Brasil desrespeita normas da entidade e anula princípios que devem ser aplicados a todos os países, segundo as regras internacionais do comércio.

Na segunda-feira, o Brasil voltou a acionar a OMC contra os Estados Unidos, desta vez por causa de sobretaxas de até 37,5% impostas com base em investigações comerciais conduzidas pelo Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR).

No ano passado, o País já havia apresentado as chamadas consultas na entidade contra um primeiro tarifaço de Trump - de até 50% -, que acabou sendo declarado ilegal pela Suprema Corte americana.

Por meio das consultas na OMC, quem apresenta uma reclamação solicita ao outro país

informações sobre as práticas comerciais questionadas e requer a modificação das medidas. Os EUA, porém, precisam aceitar o pedido para o início das conversas.

Na argumentação, tornada pública nesta quinta-feira, o governo Lula lista diferentes aspectos das novas sobretaxas que são incompatíveis com compromissos previstos no tratado constitutivo da OMC.

Entre eles está o princípio da nação mais favorecida, pelo qual eventuais vantagens comerciais que um país confere a um sócio devem ser estendidas aos demais parceiros.

A administração do petista também afirma que, com o tarifaço, os EUA passam a aplicar aos produtos brasileiros medidas aduaneiras que ultrapassam as alíquotas que os americanos estão autorizados a praticar conforme as regras da organização.

Em outro trecho, o Brasil diz que, ao aplicar sobretaxas de maneira unilateral, os EUA ignoram

os mecanismos de solução de controvérsias da OMC, que estabelecem que eventuais desavenças devem ser resolvidas no âmbito da organização.

“O Brasil considera que as medidas em questão, conforme descritas na Seção II deste pedido, anulam ou prejudicam, na acepção do artigo XXIII:1 do GATT 1994, os benefícios de que o Brasil usufrui ao amparo desse Acordo (da OMC)”, conclui a manifestação brasileira.

Apesar da alta probabilidade de não produzir efeito prático, já que a consulta solicitada pelo Brasil precisa ser aceita pelos americanos e a última instância da OMC está paralisada, o movimento é visto no Palácio do Planalto como um gesto simbólico importante para marcar a posição do Brasil em defesa do sistema multilateral de solução de disputas comerciais.

No ano passado o governo Trump aceitou realizar consultas, mas afirmou à época que as queixas apresentadas pelo Itamaraty eram temas de segurança nacio-



FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

Executivo lista pontos das novas sobretaxas que violam normas do órgão

nal e, portanto, não estavam sujeitas à revisão da OMC - o primeiro tarifaço de Trump acabou derrubado por decisão da Suprema Corte dos EUA.

Ainda pelas regras da OMC, se as consultas não resolverem a disputa em até 60 dias após o recebimento do pedido, o demandante pode requerer a instauração de uma segunda etapa: um painel.

Os painéis são formados por

três membros, escolhidos de comum acordo pelas partes. Os dois países apresentam petições escritas e participam de audiências. O painel emite um relatório sobre as medidas contestadas e sua compatibilidade com os acordos da OMC.

O prazo teórico para a apresentação desse relatório é de até seis meses, prorrogáveis por mais três. Na prática, a fase de painel tem durado cerca de 12 meses.

Desemprego fica em 5,4% no trimestre até junho de 2026, aponta IBGE

/ TRABALHO

A taxa de desemprego do Brasil recuou a 5,4% no trimestre até junho, a menor para esse intervalo na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o resultado nesta quinta-feira.

A desocupação estava em 6,1% nos três meses encerrados em março, que servem de base de comparação.

A taxa de 5,4% ficou em linha com a mediana das projeções do mercado financeiro, que também era de 5,4%, segundo a agência Bloomberg.

A pesquisa do IBGE abrange o mercado de trabalho formal, com carteira assinada ou

CNPJ, e o setor informal, sem esses registros.

Nas estatísticas oficiais, uma pessoa de 14 anos ou mais que não tem emprego precisa estar à procura de oportunidades para ser considerada desempregada. Não basta só não trabalhar.

Analistas afirmam que o desemprego baixo reflete uma combinação de fatores como o desempenho positivo da atividade

econômica nos últimos anos. A economia segue com medidas de estímulo do governo Lula antes das eleições.

Outra questão citada é a mudança demográfica em curso no País. Com o envelhecimento da população, a tendência é de que uma parcela dos brasileiros saia do mercado e deixe de procurar ocupação.

Isso reduz a pressão sobre a

taxa de desemprego, mas desafia o sistema previdenciário, porque a demanda por aposentadorias tende a crescer.

O mercado de trabalho ainda é influenciado por vagas ligadas à tecnologia. Estudo do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) estimou no ano passado que o trabalho em aplicativos reduzia o desemprego em 1 ponto percentual.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO COM IA NO VAREJO

2ª EDIÇÃO

Ministrante
RAFAEL WAINBERG
 Especialista em inteligência artificial aplicada a negócios e decisão estratégica.

Local
 CDL POA

datas
 08.09
 15.09
 22.09

horário
 17h30 às 21h

Inscrições em cdlpoa.com.br

CDL POA 65 anos